

**O lazer infantil e a ocupação dos espaços públicos, instrumentos de apoio a saúde mental na pandemia de COVID-19 e possibilidades para a cidade de São Paulo**

**Luiz Rocha**

Mestre, PUC - Rio, Brasil  
rochaluizarq@gmail.com

**Maíra Machado-Martins**

Professora Doutora, PUC-Rio, Brasil.  
maira\_martins@puc-rio.br

## RESUMO

O isolamento social foi considerado a principal estratégia encontrada para conter a disseminação do vírus Sars-Cov-2 por todo o mundo em 2020 e 2021. Muito se tem discutido sobre como esta estratégia impactou diretamente a rotina, o desempenho educacional e a saúde mental das crianças. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo investigar como os espaços públicos que oferecem usos recreacionais temporários na cidade de São Paulo podem colaborar para a sociabilidade de uma geração de crianças que enfrentou a quarentena causada pela pandemia e em eventuais momentos de isolamento social que possam ainda vir a ocorrer. A metodologia é composta pela análise documental e programática de um estudo de caso através do sistema de sugestões de respostas urbanas a COVID-19 criado pela ONU-HABITAT. O programa “Paulista Aberta” foi selecionado e analisado visto que autorizou o uso da Avenida Paulista, um dos principais eixos de ligação da cidade de São Paulo, como espaço temporário de lazer, até mesmo no contexto de flexibilização da quarentena. Verificou-se a relevante contribuição dos espaços transitórios de lazer na rotina infantil, em convergência com a existente adoção de usos temporários de lazer nos espaços presentes no cotidiano da população da cidade de São Paulo. A partir destes resultados é possível concluir que os espaços públicos temporários, como a Avenida Paulista se mostraram como um instrumento de facilitação do lazer infantil durante a flexibilização do isolamento social. Uma vez que corresponde a um eixo de lazer temporário anteriormente estabelecido face a disseminação do vírus Sars-Cov-2.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços públicos; Lazer infantil; COVID -19.

## 1. INTRODUÇÃO

A restrição socioespacial trazida pelo isolamento social nos últimos dois anos se tornou um desafio para as dimensões de desenvolvimento que permeiam a vida infantil. Elas podem ser descritas como o desenvolvimento motor, cognitivo, social e de comunicação. Lima (1989) destaca que os espaços públicos de lazer localizados nas cidades são elementos que colaboram e auxiliam estes processos. Piaget (1967) por sua vez, estabeleceu que as dimensões de desenvolvimento ocorrem através da transição de 4 etapas de desenvolvimento, todas elas com mesmo valor no desenvolvimento infantil. Portanto o desenvolvimento infantil se dá através dos períodos que compreendem a primeira, segunda e terceira infância. A infância é um período extremamente sensível, onde ocorre forte receptividade dos elementos externos, em especial os decorrentes da alimentação, cuidados afetivos, educacionais e estímulos do ambiente onde vive. Através dessa lógica, torna-se essencial que as crianças estejam sob estímulos positivos para seu desenvolvimento (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2013).

O desenvolvimento infantil está intrinsecamente conectado ao desenvolvimento de sua percepção espacial, as crianças naturalmente necessitam da permanência em espaços de lazer para que possam prosseguir no seu processo de desenvolvimento cognitivo e social. O lazer é reconhecido como uma atividade que auxilia no desenvolvimento educacional, no processo de socialização e no crescimento cognitivo e psicossocial infantil (LOPES, 2008).

Por outro lado, a disseminação do vírus Sars-Cov-2 nos anos de 2020 e 2021 mergulhou o mundo numa grande transformação sem precedentes. As rotinas e costumes diários foram alterados, porém de forma mais impactante na vivência das crianças presentes em grandes cidades, como a cidade de São Paulo. Dessa maneira, o isolamento social foi a primeira estratégia mais efetiva encontrada pela ciência para conter a disseminação do vírus Sars-Cov-2 em todos os núcleos populacionais (SANTOS, 2021).

O vírus Sars-Cov-2 além de deter uma série de efeitos diretos na saúde, tem o potencial de impactar indiretamente a vida humana, comprovou-se que a vida infantil foi impactada devido as restrições aos locais de sociabilidade. Houve o surgimento de um espectro de doenças

psiquiátricas como depressão, ansiedade, pânico, dentre outros. A sociabilidade moldou-se numa forma mais restrita e intimista de vivenciar e perceber o espaço urbano, as atividades de lazer que ocorriam em diversos espaços abertos, públicos e privados, encontraram-se reclusas, chegando a limitar-se ao espaço doméstico. A percepção espacial limitada provocada pela pandemia, em respeito a vigência das regras de distanciamento social, mostrou que até mesmo alguns espaços que anteriormente eram consolidados pelo seu grande valor recreativo, não poderiam funcionar ou deveriam funcionar em modo restrito devido suas características que privilegiavam as trocas físicas e sociais. As crianças reclusas passaram a viver intensamente a espacialidade da casa, e evidenciaram que poucos espaços internos foram pensados para sua vivência. Os quartos, a sala de estar e jantar tornaram-se refúgios que possibilitavam os jogos e brincadeiras infantis.

Muito se tem discutido sobre o potencial de impacto do isolamento social na rotina, no rendimento educacional e na saúde mental das crianças, a médio e longo prazo. As pesquisas realizadas, durante o período de maior adesão ao isolamento social, demonstram a alta incidência de problemas na saúde mental infantil decorrentes do panorama de incertezas trazidas pelo contexto pandêmico. É recorrente a existência de alterações comportamentais como ansiedade, depressão, obesidade entre outros transtornos (SINGH et al., 2020). Para Almeida et al. (2021):

Assim, as saúdes física e mental da classe infantojuvenil devem ser um ponto de atenção, considerando-se que essas constituem parte de uma população vulnerável. A situação de incerteza gerada pela COVID-19 pode causar raiva, depressão e ansiedade, dada a perda de contato com outras pessoas, pela distância, adoecimento ou morte de familiares e amigos. Como as mudanças causadas pela COVID-19 são repentinas e cobrem muitos aspectos de nossas vidas diárias, essas reações adversas tendem a se agravar, prejudicando a função reflexiva humana. (ALMEIDA et al., 2021, p.2).

De outra maneira, durante o contexto pandêmico a ONU-HABITAT (2021), ressaltou a importância da permanência das atividades recreativas, fazendo uso das áreas externas, ambientes abertos, transitando entre espaços privados e públicos, como alternativa para vivermos a nova realidade mundial. O uso alternativo e temporário de vias de ligação da cidade com a adoção de usos recreacionais, podem aproximar e colaborar com a manutenção da saúde mental e servir de apoio aos processos das dimensões de desenvolvimento infantil, oferecendo acesso imediato ao lazer. A conhecida vitalidade das ruas, demonstrada por Jane Jacobs (2011), mais do que nunca é vista como instrumento eficaz e imediato de socorro a saúde mental infantil, proporcionando o lazer coletivo dentro dos limites do isolamento social.

A cidade de São Paulo, como megalópole mundial, tem grande potencial para contribuir para a permanência infantil nos espaços públicos ao atribuir o uso transitório recreativo em suas vias de grande circulação, atendendo os requisitos recomendados pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pela ONU HABITAT para a prática segura de atividades em espaços abertos. Os espaços externos, abertos, livres e de lazer servem como instrumento de apoio ao lazer infantil, onde este público faz uso de espaços imediatos e próximos dos seus núcleos de habitação, utilizando principalmente espaços flexíveis que passam a adotar novos usos para o lazer familiar.

## **2. OBJETIVOS**

A partir do panorama apresentado, este artigo tem como objetivo analisar a contribuição dos espaços temporários de lazer da cidade de São Paulo no processo de integração social e seus benefícios na manutenção da saúde mental infantil. Observa-se que este problema demanda uma melhor investigação para compreender como a gestão pública municipal de São Paulo pode fomentar a ocupação e permanência das crianças nos diversos espaços públicos de lazer, seja assegurando a sua oferta de forma temporária durante eventos de restrição social, seja como alternativa à baixa oferta de espaços de lazer em determinadas áreas da cidade. Busca-se assim, identificar as estratégias (DE CERTEAU, 1998) para estimular a produção de espaços de sociabilidade que possam garantir o lazer infantil, sem despendar maiores investimentos com estrutura física, fomentando a integração entre poder público e a comunidade local.

Esta pesquisa foi realizada durante o evento da pandemia, em 2021, e se dedicou a investigar o potencial destes espaços de lazer temporários para o público infantil no momento da flexibilização do isolamento social, neste período. No momento atual, com o avanço da cobertura vacinal, o fim do isolamento social e a retomada das atividades sociais, diversos especialistas das áreas Biomédicas, da Psicologia infantil e da Educação discutem sobre os efeitos a médio e longo prazo que o período de confinamento causou ao público infantil (MARGEVIČA-GRINBERGA; LAGANOVSKA, 2022).

## **3. METODOLOGIA**

O conjunto metodológico da presente pesquisa é composto pela revisão bibliográfica, documental e a análise de um espaço amplamente utilizado durante a pandemia, na cidade de São Paulo. A análise bibliográfica revelou conceitos como percepção e a experiência de Jacobs (2011) e Montaner (2017), e paisagens da infância de Lopes (2008) que embasam a relevância dos espaços públicos de lazer como instrumento de auxílio para a manutenção da saúde mental e desenvolvimento infantil. A correlação destes conceitos é direcionada para a análise programática do estudo de caso através da transformação das sugestões de resposta urbana a COVID-19 criadas pela ONU-HABITAT (2020) num sistema de avaliação, são elas: (i) uso temporário de espaços públicos existentes, (ii) conexão com demais espaços públicos e as vias de interligação do bairro, (iii) expansão dos espaços públicos utilizando para as ruas, (iv) fomento de múltiplas atividades flexíveis, (v) facilitação de serviços essenciais, (vi) fomento a atividade econômica de pequenos comércios e (vii) plataforma de difusão educacional. Estas sugestões passam a ser organizadas de forma que serão transformadas em questionamentos sobre como o espaço público está sendo utilizado de forma transitória e como essas sugestões facilitam a sociabilidade infantil.

## **4. LAZER INFANTIL COMO INSTRUMENTO DE APOIO A SAÚDE MENTAL INFANTIL**

A prática recreativa do público infantil é permeada pela relação interdependente com o espaço edificado disponível nas cidades. As crianças são diretamente beneficiadas por estas

interações que são construídas durante toda a vivência e o desenvolvimento da infância, possibilitando verificar sua forte conexão com as qualidades físicas, ambientais e sociais transmitidas por cada ambiente. O lazer contribui de modo significativo com a estruturação da vida infantil, uma vez que possui a capacidade de atuar como um instrumento de manutenção de sua saúde mental e auxiliar nas dimensões do seu desenvolvimento cognitivo, social, motor e de comunicação.

O lazer infantil proporcionado pela disponibilidade do espaço edificado pode ser visto como elemento auxiliar para o desenvolvimento da percepção, identidade e consolidação do lugar infantil perante a sociedade. Tal fato torna-se mais claro quando verificamos que o lazer viabiliza o ponto de contato do espaço edificado com os sentidos humanos, como também atua como suporte para o fortalecimento das relações socioafetivas. O mesmo enfoque pode ser visualizado sob outro prisma, quando consideramos os espaços de lazer infantis inseridos nas cidades, verificamos que possuem um papel fundamental na permanência infantil nos espaços da coletividade e sociabilidade, contribuem diretamente no processo comportamental e de desenvolvimento das capacidades infantis.

A partir das palavras de Vogel, Mello e Mollica (2017) e Cardoso (2012) pode-se afirmar que a sociabilidade infantil é facilitada pela prática do lazer e seu contato com o espaço edificado coletivo se faz presente nos espaços democráticos das ruas. Para Winnicot (1975) o lazer é considerado uma atividade que conduz as crianças à experiência cultural. Os jogos e brincadeiras que são desenvolvidos nos espaços coletivos cumprem o papel da sociabilidade. De forma contínua, a importância do lazer não se restringe apenas à qualidade ambiental de ambientes recreativos controlados e projetados. Ele vai além e pontua a importância dos contornos da espacialidade infantil, identificados pelas diversas escalas do espaço construído, e considerando espaços não designados para o lazer, como o interior de seu lar, expandindo-se às relações com o mundo exterior, o mundo público, o mundo da diversidade.

O universo infantil está livre de empecilhos para que se alcance o objetivo lúdico das suas brincadeiras (LUZ, 2013). Para Winnicot (1975) o brincar auxilia a criança no processo de fruir sua liberdade de criação à medida que exploram o seu entorno ambiental. Dessa forma constroem vias para formação da percepção e da limitação da psique (CRUZ, 2008). Meloni (2018) afirma que as atividades infantis são ilimitadas e não são passíveis de ser qualificadas, podendo o ambiente edificado ter o papel de produzir uma melhor estrutura para acolher o desenvolvimento apreendido nos demais espaços sociais que as crianças são inseridas.

Diante disso, a organização dos espaços de lazer infantil apresenta-se como um suporte a uma ação autônoma, imaginativa, socializadora e corriqueira das crianças, porém pressupõe que seu foco seja auxiliar e estimular a prática do brincar e sua experiência, para que possam refletir colaborando para o processo de desenvolvimento infantil (LIMA, 1989).

O espaço edificado quando planejado nas suas diversas modalidades, seja temporário ou definitivo, possui um grande papel na organização espacial e se vê enriquecido quando unifica o brincar espontâneo, envolvendo o estímulo à prática lúdica, sendo capaz de auxiliar o movimento das dimensões básicas do desenvolvimento infantil. Assim sendo, os jogos e brincadeiras podem ocorrer nas diversas escalas urbanas encontradas nas cidades, sejam elas as públicas, privadas, internas e externas com o suporte físico dos espaços de lazer, seja em ambientes programados com funções delimitadas, conhecidos neste estudo como ambientes

programados, como também nos ambientes livres, sem delimitação de usos e que recebem as crianças de forma flexível, intuitiva e adaptável a sua capacidade imaginativa (LIMA, 1989).

Entende-se que a criança é um sujeito apto a classificar as qualidades de um espaço, seja coletivo ou privado (SERPA, 2013). Tuan (1983) nos alerta que a criança, por se tratar de um ser humano ainda em formação, pode ter dificuldades de se localizar e identificar por completo o espaço que a circunda. De forma que as crianças fazem uso de todos os seus sentidos para se localizar geograficamente e se envolver com os objetos que guarda proximidade.

Para Piaget (1967), a forma como a criança percebe o espaço edificado indica que há uma forte relação de proximidade com seu entorno. O espaço edificado é interpretado como um objeto, estando integralmente em pé de igualdade com a perspectiva do ego infantil, ou seja, os objetos são interpretados na mesma categoria que a criança se enxerga - ele está ali pois a criança se vê como o centro do espaço edificado. Por isso, os objetos inicialmente são reconhecidos como seres viventes, similares a si.

## **5. PROGRAMAS DE INCENTIVO AOS ESPAÇOS TRANSITÓRIOS DE LAZER**

### **5.1. O PROGRAMA “RUAS DE LAZER”**

A cidade de São Paulo desde a década de 70, precisamente no ano de 1976, conta com programas de incentivo ao lazer nas ruas de pequeno tráfego. O programa “Ruas de Lazer”, pioneiro até então, trouxe a possibilidade de diversas ruas da capital serem fechadas aos veículos automotores e aberta apenas aos pedestres, em especial as crianças. De forma que viabilizou a resignificação da visão da rua como lugar perigoso em lugar seguro para o lazer. Observa-se, assim, a possibilidade de praticar atividades que promovam a integração social, o lazer e o senso de comunidade. Desta maneira, o Programa é visto como um embrião programático dos demais de projetos de lazer de cunho temporário na cidade de São Paulo, assim como a Paulista Aberta.

Costa e Sampaio (2015) destacam a relevância do programa “Ruas de Lazer” como um dos projetos mais significativos realizados até aquele momento:

O programa “Ruas de Lazer” foi uma das primeiras atividades relacionadas à área de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME), na década de 1970. Destacamos entre os registros de eventos, a realização do “I Passeio Ciclístico da Primavera” em 1975, podendo ser considerada oficialmente como a primeira iniciativa de lazer no âmbito da Prefeitura de São Paulo. No ano seguinte, em 1976, foi implantada na cidade a primeira Rua de Lazer sendo esse então, o programa pioneiro de Lazer e Recreação e que se encontra em atividade até os dias de hoje. (COSTA; SAMPAIO, 2015, p. 47).

O programa “Ruas de Lazer” chegou a totalizar a marca de mais de 1000 ruas espalhadas pelos eixos da cidade, ao longo das décadas este número foi sendo reduzido. Atualmente conta com 58 ruas de lazer (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2021). A redução se deu devido a expansão da infraestrutura urbana que favoreceu a proliferação do modelo rodoviário, privilegiando ainda mais o automóvel ao invés do pedestre. Novamente Costa e Sampaio (2015) relatam que a falta de incentivo governamental somada a defasagem programática com a infraestrutura urbana, colaborou para o descompasso existente. Este

Programa foi de suma importância para a estruturação de outros programas similares que acompanharam o clamor social por um lazer democrático e acessível. No ano de 2019, o Laboratório de Mobilidade Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ - LABMOB produziu um estudo que avaliou os impactos do Programa Paulista aberta na vitalidade urbana, onde resgatou que:

Em 1976, um projeto da Secretaria de Esportes do município desenvolveu o programa “Ruas de Lazer” em conjunto com associações de bairro, centros comunitários e comunidades paroquiais e que consistia no fechamento de ruas de bairro para o tráfego de carros, permitindo que crianças e adolescentes pudessem brincar livremente aos domingos. A própria comunidade do entorno seria responsável pela manutenção das atividades enquanto a Prefeitura proveria cavaletes para a limitação do tráfego de veículos, redes de vôlei e bolas para os diversos esportes. (LABMOB et al., 2019, p. 12).

Nesse caminho, ao analisarmos este Programa e os demais espaços de lazer temporários que surgem, podemos afirmar que estes espaços temporários assim como os equipamentos permanentes, exigem maior proximidade entre arquiteto, planejador urbano, usuário, integrando projeto, mobiliário, e as necessidades infantis. Lima (1989) defende que o responsável pela concepção de projetos de arquitetura e mobiliário infantil deve ter como resultante o estímulo à iniciativa e à curiosidade infantil. Como já foi mencionado, Pallasmaa (2011) demonstrou, ao longo de seus trabalhos, a necessidade de se explorar todos nossos sentidos na concepção arquitetônica, em contraponto ao uso prioritário dos sentidos facilmente capturados, da maneira como a visão é amplamente explorada atualmente (TUAN, 1983; PALLASMAA, 2011). Algo que é extremamente possível ao investir em equipamentos temporários para práticas de lazer infantil nestes espaços, ainda mais quando voltados a utilização e ressignificação de objetos como cones, pneus usados, sinalização lúdica em asfalto, dentre outras táticas. A arquitetura, por sua natureza, tem como missão unir os sentidos humanos, sem predileção - algo de extrema importância para a vivência infantil. Gehl (2013), por sua vez, reflete que essas premissas devem possuir certa amplitude, não subsistindo apenas na escala primária. Deve atingir o cerne de qualquer cidade que se apresente; deve ser voltada para a mobilidade e os sentidos humanos.

## **5.2. O PROGRAMA “PAULISTA ABERTA”**

O ano de 2015 foi marcado pela ressignificação urbana da cidade de São Paulo. O surgimento de movimentos sociais como “Minha Sampa”, “SampaPé” e “Cidade Ativa” mobilizaram parte da população tendo como ponto de partida a consolidação do programa “Paulista aberta”. Este Programa mostrou-se polêmico desde a sua criação, mas possibilitou uma maior integração entre os múltiplos usos existentes na Avenida e em seu entorno, trazendo um novo atrativo turístico para a cidade. O Laboratório de Mobilidade Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ - LABMOB diz que:

As principais motivações dos grupos envolvidos na mobilização basearam-se na importância de apropriação dos espaços públicos da cidade e na valorização da rua como espaço de lazer e prática de exercício físico. Por meio desse projeto, ansiava-se, assim, ampliar o direito ao lazer e à apropriação da cidade, estimulando também as

atividades econômicas e culturais locais. Via-se, igualmente, uma tendência de reocupação dos espaços públicos na cidade cujos quais viriam a ganhar força, tempos depois, com o fato de uma área tão emblemática como a Av. Paulista ser destinada ao uso exclusivo de pedestres e ciclistas aos domingos e feriados. (LABMOB et al., 2019, p. 13).

A Avenida Paulista reconhecida por ser um dos mais importantes eixos comerciais e culturais da cidade de São Paulo, passou a ser vista e reconhecida como um novo eixo de lazer de amplitude nacional, refletindo diretamente na saúde mental e sociabilidade dos habitantes de seu bairro e adjacências. Há de certa forma um embate entre a facilitação de práticas de lazer, uso por pedestres e maior contato com os espaços públicos, face à prioridade existente para o tráfego de veículos automotores.

Neste escopo encontram-se diversas vias de ligação que cortam a cidade de São Paulo, por sua ligação de maior proximidade com a escala habitacional e recreativa. O programa “Ruas de Lazer”, anteriormente mencionado, inspirou o programa “Paulista Aberta” através da possibilidade das ruas, residenciais em sua maioria, tornarem-se pontos de lazer durante os fins de semana e feriados. Estamos diante de uma prática altamente difundida e utilizada em vários espaços públicos no mundo. O urbanismo tático surge como uma atividade que transforma os espaços públicos consolidados em espaços democráticos voltados para a escala humana, facilitando o lazer mesmo que de forma temporária. Tornando estes espaços em plataforma de ligação entre a cidade e seus habitantes. LABMOB (2019) identifica uma série de grupos diretamente beneficiados pelo programa, sendo os moradores do entorno, os comerciantes locais e os visitantes externos.

A Avenida Paulista, ao receber os usos recreativos temporários, proporciona uma maior conexão entre os espaços de lazer existentes na via, sejam eles públicos ou privados como museus, shoppings, parques e comércio de rua, proporcionando caminhadas mais longas, brincadeiras e a sociabilidade. Ao fechar-se aos veículos, a Avenida Paulista fomenta a prática de atividades de lazer e cultura democráticas, onde é possível compartilhar jogos e brincadeiras infantis em um ambiente de diversidade cultural existente ao longo deste eixo viário, e possibilitando igualmente o uso de brinquedos trazidos pelas crianças, assim como a prática de atividades físicas e sociais. Outro ponto importante é que o programa facilita a existência de pontos de comércio de pequenos empreendedores e artistas populares. Os benefícios do programa já estavam estabelecidos no período pré-pandemia, sendo possível ratificar a qualificação desses espaços.

A Prefeitura Municipal de São Paulo reforça continuamente a via educativa deste Programa a partir do esforço conjunto com a iniciativa privada, apoiando programas de educação de trânsito e estimulando uma melhor convivência entre pedestres, ciclistas e veículos.

**Figura 1 - Criança brincando na Avenida Paulista.**



Fonte: <https://passeioskids.com>. Acesso em 30/10/2022.

O Programa Paulista Aberta mostra-se plenamente alinhado com o sistema de respostas urbanas a COVID-19 criado pela ONU-HABITAT no ano de 2020. A fundamentação deste Programa busca uma maior conexão dos cidadãos paulistas com os espaços públicos externos e equipamentos culturais. Apesar disso, não há plenamente a criação de uma estrutura tática dedicada ao lazer infantil, uma vez que toda a mobilização temporária volta-se para a sinalização das ciclovias e circulação dos pedestres, utilizando-se da estrutura física da via, não integrando equipamentos ou programas lúdicos no seu cerne, mesmo que temporários. Observou-se que a proposta programática da “Paulista Aberta” mostra que a apropriação infantil deverá acontecer através da prática de atividades que não dependam de delimitação de objetivos lúdicos, onde trabalham em conjunto de outros equipamentos como bicicletas, skates etc. Igualmente a utilização da estrutura da Avenida Paulista mostra-se orientada ao seu eixo cultural que interliga os principais equipamentos de lazer da cidade.

Durante o decorrer dos piores momentos da pandemia do Novo Coronavírus, o Programa esteve suspenso. Deixando o seu potencial temporário de lazer em aberto. A partir da autorização para o retorno do programa “Paulista Aberta”, foram integradas novas práticas de estímulo e consolidação de usos protetivos para impedir a disseminação do vírus Sars-cov 2, distribuindo folhetos, equipamentos de proteção, vacinação contra o vírus e uso de produtos de higienização como o álcool gel.

**Quadro 1 – Síntese da análise do Programa “Paulista Aberta” de acordo com as sugestões da ONU-HABITAT**

Questões	Respostas
Existe o uso temporário do espaço público?	Sim, A avenida Paulista é utilizada
O espaço público utilizado favorece a conexão com demais espaços públicos de lazer e as vias de interligação as zonas residenciais?	Sim, a Avenida Paulista encontra-se como eixo multiuso da cidade de São Paulo
Existe o fomento a prática de atividades de lazer e cultura?	Sim, existe a prática de diversas atividades de lazer, saúde e cultura.
Existe a facilitação de serviços essenciais?	Sim, existe o acesso facilitado a banheiros, alimentação e demais necessidades essenciais.
Existe o fomento a atividade econômica de pequenos empreendedores?	Sim, a Prefeitura disponibiliza áreas específicas nas calçadas para que os pequenos empreendedores possam comercializar seus serviços e mercadorias. Mediante processo de licenciamento municipal.
Existe alguma plataforma de educação no trânsito e sobre os métodos de proteção ao vírus sars-cov2?	Sim, foi estabelecido ponto de vacinação temporário e distribuição de equipamentos de proteção

Fonte: Elaboração do autor a partir de ONU-HABITAT (2020)

## 6. RESULTADOS E CONCLUSÃO

Observa-se que a Prefeitura da cidade de São Paulo ao longo dos anos criou e possui uma série de programas de fomento ao lazer coletivo, oferecendo uma base metodológica necessária para compreender como uma megacidade pode colaborar através da administração e uso dos instrumentos urbanísticos disponíveis, viabilizando e oferecendo espaços de lazer alternativos para o público infantil, agora em especial, durante momentos de pandemia, mas também para estabelecer novos eixos de lazer urbano. Conforme ressaltado, investiga-se como a implementação do uso recreativo nas vias de ligação da cidade de São Paulo, podem aproximar o público infantil de atividades de lazer, convívio social e colaborar com a melhora de sua saúde mental.

A pesquisa e a produção deste artigo se deram durante todo o período da pandemia no Brasil, inviabilizando um trabalho de campo. A hipótese inicial era de que a possibilidade de utilizar espaços temporários de lazer num momento em que não era recomendado contato físico, maiores deslocamentos e a permanência em espaços fechados, poderia ser um instrumento capaz de dirimir os impactos socioafetivos do isolamento social. Contudo, naquele momento esta possibilidade não foi vislumbrada pelos governos municipal e estadual de São Paulo. Hoje, especialistas mencionam as pesquisas realizadas em comunidades afetadas por desastres naturais para afirmar que os efeitos da experiência nem sempre são duradouros, se houver atuação para reconhecer e solucionar os entraves ao desenvolvimento infantil. Apesar da ausência de práticas lúdicas e uso de mobiliário infantil de cunho temporário no Programa Paulista Aberta, este programa aponta para um potencial de utilização dos espaços públicos para reativar a convivência socioespacial de crianças, mitigando os impactos do confinamento para o público infantil.

A partir dos resultados obtidos, fica demonstrado que a Prefeitura Municipal de São Paulo pode obter efetivo sucesso ao atuar utilizando os instrumentos urbanísticos presentes no Plano Diretor Estratégico, na legislação urbana e na administração coletiva e participativa dos espaços públicos proporcionados pelo uso temporário recreacional nas vias de ligação da cidade. A cidade de São Paulo possui atualmente 65 ruas de lazer ativas, cadastradas no

Programa “Ruas de Lazer” até julho de 2022, funcionando como eixos de lazer temporário, compreendendo a Avenida Paulista e ruas de menor porte localizadas em bairros residenciais. Resta demonstrado que a Prefeitura, ao criar eixos de lazer temporários por todos os bairros da cidade, é capaz de conceder ao público infantil um caminho para o seu lazer coletivo em situações emergenciais como ocorrido durante a pandemia da COVID-19, mas contribuindo igualmente na criação de espaços coletivos de convivência e lazer infantil na cidade.

Os resultados demonstram que a cidade de São Paulo já adotava usos recreacionais temporários em diversos espaços públicos, por isso já estavam prontos para serem utilizados como instrumentos de facilitação e valorização dos espaços abertos durante a pandemia de COVID-19. Devido às decisões restritivas esses espaços foram subutilizados nos piores momentos da pandemia. A avaliação de autores, como Piaget (1967) e Montessori (1961), sobre a adoção das atividades recreativas como elemento facilitador da manutenção da saúde mental infantil pode ser verificada durante grandes eventos, como a pandemia do vírus Sars-Cov-2, visto que se comprovou que o isolamento social refletiu negativamente nos propósitos da sociabilidade existente na infância. Além disso, exploramos duas iniciativas que contribuem para a ocupação dos espaços públicos na Cidade de São Paulo, através dos programas “Ruas Abertas” e “Ruas de Lazer” instituídos pelas leis 16.607/16 e lei 12.264/96, respectivamente. Estas duas leis conferem aos moradores a possibilidade de requerer à Prefeitura o fechamento de ruas para prática de lazer coletivo aos domingos. É uma forma de democratizar o espaço urbano, quando pensamos na facilitação do acesso a espaços de lazer, ainda mais em períodos de restrição social.

De outra maneira, Marcellino (1996) ressalta que, enquanto os espaços e equipamentos específicos para o lazer estiverem atrelados a parcelas mais privilegiadas das cidades e despenderem grandes quantias financeiras, a prática do urbanismo tático será capaz de democratizar o acesso ao lazer das crianças, ficando mais evidente a necessidade de uma melhor estruturação dos programas públicos de incentivo à utilização de mecanismos temporários de lazer.

A pesquisa que resultou na produção deste artigo foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Isabelle Lina de Laia *et al.* **Social isolation and its impact on child and adolescent development: a systematic review.** Revista Paulista de Pediatria [online]. 2022, v. 40 [Acessado 13 Junho 2022], e2020385. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2020385>>. Epub 04 Out 2021. ISSN 1984-0462.

CARDOSO, Bianca. **Por onde andam as crianças? da estrutura sócio-espacial às práticas cotidianas em Porto Alegre.** Orientador: Marzulo, Eber Pires. 2012. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - UFRGS, Porto Alegre - RS, 2012.

COSTA, Alan; SAMPAIO, Corine, Martins. **Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer.** Podium Sport, Leisure and Tourism Review. 04. 43-57. 10.5585/podium.v4i2.118. 2015.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo: Cortez, 2008 p.11-31.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes Ltda, 2011.
- LABMOB et al. Avaliação de impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana. Rio de Janeiro, 2019.
- LIMA, Mayumi Souza. **A cidade e a criança**. (Coleção cidade aberta). São Paulo/SP, Editora Nobel, 1989.
- LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias**. Contexto & Educação, Unijuí, ano 23, n° 79, p. 65-82, jan./jun. 2008.
- LUZ, Giordana Machado da.; KUHNNEN, Ariane. **O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas**. Psicologia: Reflexão e Crítica [online], vol.26, n.3, p.552-560, 2013.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP : Autores Associados, 1996. (Coleção educação física e esportes).
- MARGEVIČA-GRINBERGA, Ieva.; LAGANOVSKA, Egija. **Experiências do corpo docente feminino durante a Covid-19**. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 17, n. 41, p. 399–422, 2022. DOI: 10.22169/revint.v17i41.2413. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2413>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- MELONI, Adaliza. **Constituição dos espaços de brincar oficiais da cidade de Assis (SP): uma análise da visibilidade de crianças**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.
- MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- MONTESSORI, Maria. **Mente absorvente**. Rio de Janeiro: Portugália Editora (Brasil), 1961.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. - Porto Alegre : Bookman, 2011.
- PAPALIA, Diane; OLDS, Sally Wendkos.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Mapa de ruas participantes do programa Ruas de lazer**. São Paulo, 2021.
- SANTOS, Daiane Silva dos et al. **Impactos emocionais e fisiológicos do isolamento durante a pandemia de COVID-19**. Enfermería Actual de Costa Rica, San José, n. 40, 41929. 2021. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i40.41929>.
- SERPA, Angelo. **Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.
- SINGH, Shweta. *et al.* (2020). **Impact of COVID-19 and lockdown on mental health of children and adolescents: A narrative review with recommendations**. Psychiatry Research, 293, 113429.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- UN-HABITAT. **Cities and Pandemics towards a more just green and healthy future**. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/cities\\_and\\_pandemics-towards\\_a\\_more\\_just\\_green\\_and\\_healthy\\_future\\_un-habitat\\_2021.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/cities_and_pandemics-towards_a_more_just_green_and_healthy_future_un-habitat_2021.pdf). 2020. Acesso em: 06 de abril de 2020.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOLLICA, Orlando. **Quando a rua vira casa**. 4a. ed. Niterói: EDUFF, 2017.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 208 p.